

**RESENHA DO RESUMO ESTENDIDO DENOMINADO: “AS
CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL:
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E
DO CONTRADITÓRIO”.¹**

*REVIEW OF THE EXTENDED ABSTRACT NAMED: “THE
CHARACTERISTICS AND DEVELOPMENT OF THE POLICE
SURVEY: APPLICABILITY OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF WIDE DEFENSE
AND CONTRADITORY”*

Anna Theresa Ferreira Bravo²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7764076646501294>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4250-4306>¹²

E-mail: annatheresa.bravo@gmail.com

Resenha da obra:

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; e GONÇALVES, Jonas Rodrigo. As Características e o Desdobramento do Inquérito Policial: Aplicabilidade Dos Direitos Fundamentais De Ampla Defesa E Do Contraditório. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Resumo

Esta é uma resenha do resumo estendido: “As Características e o Desdobramento do Inquérito Policial: Aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório”. O resumo é de autoria de Paulo Ricardo Pereira da Silva e Jonas Rodrigo Gonçalves. O trabalho aqui resenhado foi publicado nos Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Característica e desdobramento. Aplicabilidade.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Abstract

This is a review of the extended abstract named: “The Characteristics and Development of the Police Inquiry: Applicability of Fundamental Rights of Comprehensive Defense and Adversary”. This summary was written by Paulo Ricardo Pereira da Silva and Jonas Rodrigo Gonçalves. The summary reviewed here was published on Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

Keywords: *Policie Inquiry. Features and deployment. Applicability.*

Resenha

Este trabalho é uma resenha do resumo intitulado “As características e o Desdobramento do Inquérito Policial: Aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório”. O artigo é de autoria de: Paulo Ricardo Pereira da Silva; e Jonas Rodrigo Gonçalves. O resumo estendido aqui resenhado foi publicado nos Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus, Ano II, Vol.II, n.4, jan./jul., 2020.

É oportuno apresentar a formação acadêmica ou a experiência profissional dos autores do texto que será resenhado, pois o conhecimento sobre o currículo de cada um deles ensinará mais clareza sobre o tema sobre o qual escrevem. Conheçamos um pouco sobre eles.

O primeiro autor da obra resenhada é Paulo Ricardo Pereira da Silva discente do curso de Direito na Faculdade Processus, Brasília/DF. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8659-2611>

O segundo autor da obra resenhada é Jonas Rodrigo Gonçalves, docente com sapiência nas áreas de Ciência Política, Letras, Filosofia, Psicologia e Sociologia, é escritor (autor de 61 livros acadêmicos); mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano e Especialista em múltiplas áreas, dentre elas, Letras pela Universidade Gama Filho/RJ, Formação em EAD e em Docência na Educação Superior pela Fasesa/GO e Formação em Educação a Distância pela Unip/DF (2018). Atualmente, é Doutorando em Psicologia. Professor da faculdade Processus, Unip, Fasesa, CNA. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>>. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>>.

Depois de apontarmos os dados acadêmicos e/ou profissionais dos nobres autores, é necessário discorrer sobre a estruturação do resumo estendido que é fragmentado nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave,

Abstract, Keywords, Introdução, Resultados e Discussões, Considerações finais, e Referências.

O resumo do texto a ser resenhado consta:

Esta síntese tem como temática as características e o desdobramento do Inquérito Policial: aplicabilidade dos Direitos Fundamentais de Ampla Defesa e do Contraditório. Tendo como controversa: como a apuração policial exercerá sua ação de investigar, garantindo o contraditório e a vasta defesa? Para responder esse questionamento é preciso discutir os diversos paradigmas levantados para a realização de uma investigação e entender a complexidade de Presumir a Inocência e de princípios basilares ao ser humano. A obra tem o propósito de explicar as dogmáticas dos direitos que compõe a defesa e de sua inocência e examinar o conceito da Inquirição Policial.

A temática é significativa e auxiliará o conhecimento científico com mais um estudo referencial que pormenoriza o conteúdo. O resumo resenhado se trata de uma verificação de coletânea de dados que durou seis meses.

A problemática discutida no manuscrito aqui analisado foi: como garantir e manter a efetividade das ações de investigação policial. Os autores utilizaram a seguinte conjectura: vários fatores conduzem as apurações e ao mesmo tempo é preciso a compreensão do Direito ao presumir a inocência e garantir a Dignidade da Pessoa Humana.

Os autores definiram como objetivo geral o exame sistemático sobre a interrelação entre os Direitos do Contraditório e da Ampla Defesa no âmbito da Persecução Policial. Os objetivos específicos foram: (i) definir Inquérito Policial; (ii) conceituar os direitos de ampla defesa e o contraditório; e (iii) esclarecer o significado do Princípio da Não Culpabilidade.

A opção da temática da pesquisa foi fundamentada na necessidade de somar, com a sociedade acadêmica, mais um documento literário que traga uma nova perspectiva aprofundando os estudos sobre o tema. Além de trazer mais conteúdo para a comunidade sobre os direitos e garantias elementares do indivíduo em um estado democrático que respeita normas.

Nessa toada, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do resumo aqui analisado foi a revisão bibliográfica usando livros, artigos, e páginas da *internet*, todos especializados no tema. Para produzir um texto com uma linguagem simples e de fácil acesso facilitando a compreensão do leitor que não conhece a temática.

Na introdução, os autores apresentam de forma clara e genérica a temática, que consiste na garantia de uma defesa ampla e do contraditório ao cidadão no âmbito do procedimento inquisitorial. Esses princípios são basilares

para o Ordenamento Jurídico Brasileiro e para a construção de um Estado balizado no Direito.

Também vislumbramos nesse capítulo a exposição dos elementos teóricos e metodológicos utilizados para a realização deste estudo acadêmico, como a apresentação da problematização, a forma de responder ao problema da pesquisa, a finalidade geral, a finalidade específica, a justificação e quais foram os métodos utilizados na pesquisa. Esses aspectos foram analisados nos parágrafos anteriores.

Silva e Gonçalves, no setor dos resultados e discussões, conceituam de forma eficiente o inquérito policial, procedimento que averigua o cometimento de um crime ou delito. Os investigadores apuraram por meio da coleta de elementos as variáveis para estabelecer o suspeito. Construindo uma coerência de protocolos específicos seguidos pela Polícia Civil e outras instituições para o desencadeamento do processo.

De maneira relevante, trazem os aspectos introdutórios da observância de conduzir a investigação sobre o prisma da defesa ampla. Mencionam o princípio da Presunção de Inocência como direito basilar do cidadão, discorrendo sobre qual é o limite de sua incidência no procedimento policial, assegurando ao suspeito uma proteção vasta e legal.

Conduzindo a pesquisa com sabedoria e incorporando mais conteúdo, os autores citam a “Operação Lava Jato” como reflexão tanto na área policial de investigação como na via judicial. A operação fornece base material aos doutrinadores (NETTO, 2016). Diante dessa circunstância, é tangível a criação de uma proposta que capacite e tornem mais efetivas as ações policiais no âmbito da investigação, assegurando os direitos constitucionais.

Por derradeiro, Silva e Gonçalves finalizam a pesquisa de forma exitosa ao abordarem especificamente e pormenorizadamente o inquérito policial, trazendo a sistemática do Direito de Ampla Defesa e Contraditório. Além de traçarem um panorama dinâmico da Presunção de Inocência baseado nos ditames da Constituição Federal da República Brasileira.

Referências.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 8 out. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 8 out. 2021.

NETTO, Vladimir. Lava Jato: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro, Primeira Pessoa - Selo da Editora Sextante, 2016.

SILVA, Paulo Ricardo Pereira da; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. AS CARACTERÍSTICAS E O DESDOBRAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL: APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 42-46, jul. 2020. ISSN 2674-9912. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/acppds/article/view/223>. Acesso em: 8 out. 2021